

## A FFLCH NO SÉCULO XXI: COMO, POR QUE E PARA QUE

Historicamente considerada núcleo fundador da USP, e da pós-graduação brasileira em ciências humanas, a FFLCH viu-se obrigada, nas últimas décadas, a redefinir e defender sua identidade e, até certo ponto, sua própria existência. Forças centrífugas questionaram sua unidade, forças externas, sua integralidade. Em inícios do século XXI, embora contasse com mais de 20% dos alunos da USP, a FFLCH contava somente com 7% dos professores, e recebia apenas 4% dos recursos da universidade. Entre 1990 e 2002, a Faculdade saltou de 10 mil para 14 mil alunos, aumentando em 40% o corpo discente; no mesmo período, o número de docentes ativos caiu de 455 para 330 (uma perda de 25%), com uma relação aluno/docente superior a 45. Em 2006, essa relação tinha caído para pouco mais de 30, com a contratação de 130 docentes (a relação, para toda a USP, é de 1/15). Embora longe da situação ideal, a diferença é, no entanto, qualitativa. Na base dela houve um movimento de luta, em 2002, pela contratação de professores, que comoveu à opinião pública paulista (e que conquistou a abertura de 92 concursos docentes, seguidos de mais de 30 em função das negociações posteriores com a Reitoria). Em 2007, novamente a universidade pública ocupou o palco do debate político, sendo chamada à luta novamente, desta vez contra decretos do governo estadual que comprometiam sua autonomia financeira e administrativa. E novamente a luta foi vitoriosa, com a retirada dos decretos.

Em junho de 2009, forças policiais (PM) investiram na USP, contra manifestações de setores de sua comunidade, voltando o fato a se repetir em outubro de 2011, desta vez amparado em convênio assinado pela Reitoria da USP com esse corpo policial. Em ambos os casos, foi a FFLCH o palco dos enfrentamentos, assim como, em tempos de ditadura, foi na antiga FFCL que se centrou a repressão militar. A piora (real) recente das condições de segurança da USP foi o motivo invocado para pôr a universidade em situação de controle por forças externas, inédita desde a redemocratização do país. Três corpos de segurança coexistem agora na USP: a) A Guarda Universitária; b) Os sistemas de segurança privada (terceirizada); c) A Polícia Militar. A autonomia e as relações democráticas que devem caracterizar a vida de toda casa de altos estudos ficaram crescentemente questionadas. As tensões internas, naturais em toda instituição social, cultural e ideologicamente heterogênea, viram-se agravadas nesse contexto. Hoje 90 cidadãos são processados criminal e administrativamente pela USP, aos que se somam outros novos processos abertos recentemente contra estudantes. A USP (em especial a FFLCH) não existe para isso.

No meio desse quadro crescentemente conflituoso, a FFLCH foi a principal responsável pelo crescimento, quantitativo e qualitativo, da produção científica e da formação de quadros profissionais pela USP, que motivou, inclusive, sua notada progressão em todos os índices de classificação universitária internacionais. A relação entre ambos os fatos, porém, não é de causa e efeito, mas de contradição não resolvida. Cabe à FFLCH, por isso, fazer ouvir sua voz em todos os âmbitos da vida universitária, criando inclusive os instrumentos para tanto. Com o objetivo de pôr seu acervo de conhecimento crítico, sua autoridade intelectual, e sua disposição para o diálogo e a interpelação (petição), a serviço de um equacionamento republicano e democrático das questões relativas à autonomia, à gestão democrática, ao seu caráter público e à sua segurança, no âmbito de toda a USP.

Este é, no momento, o aspecto principal em que a unidade da FFLCH, através, em primeiro lugar, de sua Congregação, deveria ultrapassar seu caráter puramente administrativo. A unidade da FFLCH implica, em primeiro lugar, no estreitamento dos laços comuns que ligam os três prédios e os cinco cursos da área de humanidades; a diversidade dos onze departamentos, o que requer o respeito a suas especificidades e o fortalecimento de sua autonomia intelectual

e administrativa. Uma perspectiva para a Faculdade, porém, não pode se prender só a situações de caráter conjuntural. A importância assumida pelos problemas acima mencionados levou, nos últimos tempos, à FFLCH a um processo de autofagia, do qual precisa sair. E a saída não se encontra em ações pirotécnicas de curto fôlego, nem em medidas de caráter apenas administrativo, mas em um sólido projeto acadêmico comum, que respeite a diversidade funcional, teórica, ideológica e política existente, projeto alicerçado em sua história de três quartos de século a serviço da afirmação e consolidação das ciências humanas no Brasil e na América Latina.

As ciências humanas não se constituem, como as ciências exatas e as ciências físico-naturais, no estudo de um conjunto de fatos exteriores aos homens, e do mundo no qual realizam seus atos. São, ao contrário, o estudo dessa ação, de sua estrutura, das aspirações que a animam e das mudanças que sofre. Na medida em que a consciência é um aspecto real, mas parcial, da atividade humana, o seu estudo não tem o direito de se limitar aos fenômenos conscientes, deve uni-los ao seu significado objetivo. A identidade parcial entre sujeito e objeto do conhecimento não faz a especificidade das ciências humanas: essa mesma identidade irrompeu também, por exemplo, nas ciências naturais, com a ecologia e suas variantes. Sublinha, através da sua dificuldade própria, a natureza e centralidade das "humanidades" como locus por excelência do conhecimento analítico, sintético e crítico. As ciências humanas entraram em cena para, nas palavras de Max Weber, "deixar de lado o ingênuo otimismo que via na ciência, ou seja, na técnica cientificamente fundamentada, o caminho real para a felicidade".

A pesquisa não pode estar dissociada do ensino, pois ela se inicia nos primeiros degraus da vida universitária, na graduação, e se estende até os docentes já aposentados. Ensino e pesquisa só podem se realizar plenamente num quadro organizado e administrado de modo transparente, onde não cabe o segredo profissional (e menos ainda comercial, próprio da atividade privada guiada pelo lucro). Isto precisa o lugar essencial do quadro técnico-administrativo no objetivo comum da comunidade universitária. Os cursos noturnos da FFLCH, por sua vez, são, em maior medida que os de outras unidades, responsáveis pelo cumprimento, pela USP, do preceito constitucional que impõe que um terço das vagas das universidades públicas estejam alocadas no período noturno. Os cursos extracurriculares de todo tipo da FFLCH são o centro da extensão universitária da USP, que está obrigada, também constitucionalmente, a repousar sobre o tripé indissociável ensino – pesquisa – extensão.

O papel da Diretoria da FFLCH é de liderança política e acadêmica, de execução das decisões deliberadas em seus órgãos colegiados, e de responsabilidade na preservação de seu patrimônio humano e material, em todos os níveis. A FFLCH deve ocupar seu lugar para a democratização da USP, inclusive em relação aos problemas hoje em debate: segurança, gestão democrática e regime disciplinar (por um novo regimento que anule o Decreto 52906 de 1972, que a USP já superou com seu Código de Ética). A FFLCH deve ter um papel ativo quando as universidades são afetadas naquilo que constitui sua atividade básica: a produção e socialização do conhecimento numa visão crítica e criativa. E também no aprofundamento e extensão desse papel. Isso só pode ser atingido através de uma Congregação que seja um vigoroso espaço de discussão de políticas acadêmicas, da articulação efetiva do trabalho das comissões estatutárias centrais, da coordenação do planejamento dos departamentos que integram o mesmo curso, da multiplicação das iniciativas interdisciplinares e interdepartamentais.

A universidade pública não poderia deixar de ser palco das contradições sociais gerais da sociedade, e de suas expressões políticas, a não ser que se pretenda suprimi-las mediante o tacho policial (suprimindo também, nesse caso, o debate acadêmico e científico, e matando com isso a produção e transmissão de conhecimento; todo conhecimento é crítico). É por isso

que ela só pode ser eficazmente administrada por um governo oriundo da democracia. O que seus detratores consideram a fraqueza da universidade pública (a expressão aberta, social/sindical, política, ideológico/científica, de seus conflitos internos) é justamente sua força, interna (para produzir conhecimento) e externa (para transformar a sociedade). O autoritarismo só produz administrações incompetentes (sob pretexto de "eficiência"), ensino degradado e pseudo conhecimento rotineiro, baseado na cultura do produtivismo. A democracia não suprime o conflito, nem o "institucionaliza": faz dele a mola propulsora do progresso geral. O autoritarismo, ao contrário, o transforma no fator do impasse geral. A receita para os problemas da FFLCH não está na administração rotineira do statu quo, típica do espírito burocrático domesticado pelo cotidiano. O antídoto também não está em qualquer solução messiânica, característica da mentalidade autocrática descolada da realidade. Aos estudantes deve-se garantir o direito à plena autonomia de organização, assim como a liberdade irrestrita de participação em suas entidades representativas, tanto quanto aos docentes e funcionários. É só no respeito da autonomia de cada setor que pode se cimentar a responsabilidade comum e unificada pela defesa do que a FFLCH foi, é e precisa continuar sendo.

Oswaldo Coggiola